

**GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS INTEGRAIS:  
a abordagem dos temas transversais com professores de oficina**

*Carolina Zucco Pytlovanciw<sup>1</sup>; Fábio Castanheira<sup>2</sup>*

**RESUMO**

O presente trabalho tem o intuito de discorrer sobre as questões de gênero e diversidade sexual em duas escolas de tempo integral de um município de Santa Catarina. Com a implementação de gênero e diversidade sexual como temas transversais possíveis de serem trabalhados no ambiente escolar, esta discussão torna-se importante para superar processos discriminatórios, violências e diminuir a evasão escolar. Foi realizada uma entrevista fechada com os professores de oficinas através da plataforma Google Docs e analisados documentos oficiais sobre a temática. Os resultados apontaram que acerca destes temas impera o silêncio, apesar de a maioria dos entrevistados acharem importante esta discussão. Além disto, os professores citaram que o maior empecilho para trabalhar gênero e diversidade sexual é a falta de formação continuada para os profissionais.

**Palavras-chave:** Gênero. Diversidade sexual. Temas transversais. Educação.

**INTRODUÇÃO**

Diante da problemática das violências de gênero e sexuais, o debate acerca destas situações faz-se necessário. E a escola é um espaço propício para o diálogo, inclusive para se trabalhar este tema transversal que está previsto no currículo nacional.

Além disto, discutir gênero e diversidade sexual é também introduzir os conceitos de sustentabilidade nesta discussão. É perfeitamente possível e necessário fazer uma correlação entre as discussões de gênero e diversidade sexual no espaço escolar com os conceitos da sustentabilidade, uma vez que esta última trata de ações que buscam a melhoria da qualidade de vida, diminuindo as desigualdades sociais e ampliando direitos e acesso a serviços básicos, como é a

---

1 Graduada em Psicologia pela UNIVALI. Estudante do PPGE/IFC – Camboriú da linha Educação, Sustentabilidade Social e Ambiental. Psicóloga da Secretaria de Educação Municipal de Gaspar. E-mail: carolzucco@hotmail.com

2 Mestre em Integração Contemporânea da América Latina. Professor e orientador do PPGE/IFC – Camboriú. E-mail: fabio.castanheira@ifc.edu.br

educação. E este tema transversal passa pelos conceitos de respeito, cidadania e relações sociais.

Sendo assim, este trabalho teve o objetivo de analisar se os professores das oficinas oferecidas em duas escolas de tempo integral (da pré-escola ao 5º ano) abordam as temáticas de gênero e diversidade sexual nas unidades escolares. Estas oficinas são: teatro, informática, dança, biblioteca, artesanato, linguagem e mediação de leitura.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa de análise documental, a fim de verificar quais são as políticas e diretrizes que norteiam as discussões de gênero e diversidade sexual nas escolas. Para Cellard (2008), o uso de documentos constitui uma fonte preciosa para pesquisas na área social e permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. E também uma pesquisa quantitativa, pois foi aplicado um questionário fechado com os professores das oficinas mencionadas acima. A pesquisa quantitativa considera tudo que pode ser quantificável, traduzindo em números opiniões e informações para analisá-las (PRODANOV e FREITAS, 2013).

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O termo Escola de Tempo Integral diz respeito àquelas escolas que ampliaram a jornada escolar de seus alunos, trazendo ou não novas disciplinas para seu currículo. A maioria das unidades de ensino que adota esse modelo, geralmente implementam a extensão do tempo em turno e contraturno escolar – durante metade de um dia letivo os estudantes estudam as disciplinas básicas e o outro período é utilizado para aulas ligadas às artes ou esportes (CIDADE ESCOLA APRENDIZ, 2014).

Esta é exatamente a realidade do município analisado: as escolas integrais contam com o turno de aula regular e com oficinas no contraturno. Existem apenas duas escolas nesta modalidade, que foram implantadas entre os anos de

2014 e 2015 e que hoje atendem aproximadamente 269 crianças, da pré-escola ao 5º ano em tempo integral.

O surgimento das políticas de inclusão são recentes em nosso país. Em 2005, o Ministério da Educação publicou um documento para subsidiar as políticas de inclusão, no qual está registrado que a escola sofre pressões para acompanhar os novos tempos e lidar melhor com a diversidade do público cheio de especificidades que, se não forem respeitadas, acolhidas e atendidas em suas diferenças jamais farão da escola um dos possíveis espaços em que o exercício de uma política inclusiva contribua com a construção de uma sociedade mais justa (PAULON et al, 2005).

O programa Brasil sem Homofobia (2004), criado com a intenção de garantir a promoção dos direitos humanos, combatendo todas as formas de discriminação e violência, traz uma articulação com a educação, elaborando diretrizes que: orientem os sistemas de ensino a implementar ações de respeito e não-discriminação por orientação sexual, formação de professores na área da sexualidade, formação de equipes multidisciplinares para avaliar os livros didáticos de modo a eliminar aspectos discriminatórios, estimular a produção de materiais educativos sobre orientação sexual e superação da homofobia, divulgar informações científicas sobre a sexualidade humana, estimular a pesquisa e difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência.

Já os PCNs, no documento específico de orientação sexual, traz como objetivo:

A finalidade do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 1997, p.311).

Diniz e Lionço (2009) ressaltam que a educação é uma ferramenta emancipatória que deve superar processos discriminatórios socialmente instaurados. No entanto, resistências à discussão deste tema, se faz muito comum no âmbito educacional. Tais resistências foram se formando a partir do pensamento colonial que, desde 1492 foram deixando suas raízes hegemônicas e de dominação do outro. Neste contexto, Dussel (1993) diz o seguinte:

O ano de 1492 é data do “nascimento da Modernidade”, embora sua gestação – como o feto – teve um tempo de crescimento intra-uterino. A Modernidade originou-se nas cidades europeias medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas nasceu quando a Europa pode se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pode se definir como um ego descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria modernidade. O autor continua referindo-se a este momento não como se o Outro fosse descoberto pelo Outro, mas por este fosse “encoberto” como a si mesmo.

Assim o contexto de colonização na América Latina e, conseqüentemente no Brasil, se dá pela imposição de normas e preconceitos que aqui são pré-estabelecidos como reguladores de padrões heteronormativos e opressores. Portanto, discutir preconceitos e processos opressores, permite adentrarmos a uma perspectiva de relações de poder, entre elas, opressões e agressões à natureza como consequência da objetificação desta que, segundo tal colonialidade, deve estar a serviço do indivíduo.

Desde a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, as preocupações em reconciliar as interações entre o desenvolvimento humano e o meio ambiente já eram discutidas. Ao longo da última década as relações de gênero foram incorporadas nas agendas internacionais e são fundamentais na construção da sustentabilidade e meio ambiente (ARACI, 2005).

Após esta análise documental e teórica, foi realizada uma reunião com todos os professores de oficinas para apresentação da temática e coleta das assinaturas do termo de consentimento. Nove professores assinaram o termo, porém apenas cinco responderam ao questionário, o qual foi enviado por e-mail através da plataforma Google Docs para todos os participantes.

Os resultados apontaram que, apesar da maioria dos professores (80%) acharem importante abordar esta temática em suas oficinas e já terem percebido a necessidade disto, acabam não discutindo estes assuntos, principalmente por não se sentirem preparados para trabalharem com estes temas transversais. Além disto, a falta de formação continuada foi citada como o maior empecilho para não fazê-lo (60%) e, no entanto, a maior parte (80%) gostaria de receber mais informações sobre o assunto.

Outro dado relevante é que a maioria dos entrevistados (60%) acredita que trabalhar gênero e diversidade sexual não interfere no ambiente escolar e nem

familiar dos alunos. Entretanto, ainda é alarmante encontrar professores que afirmam não abordar este tema transversal e também não achar importante a discussão desta temática em suas oficinas (20%). Para Oliveira (2008), a escola reproduz discursos de negação e invisibilidade, ao mesmo tempo em que busca estratégias de resistências para a discussão destes temas. E, corroborando com esta ideia, Miskolci (2005), afirma que a discriminação ocorre porque a escola participa da rejeição social; a forma mais sutil e cruel de inviabilizar a sexualidade é o silêncio.

## **CONCLUSÕES**

O silêncio e o despreparo profissional para discutir os temas transversais de gênero e diversidade sexual nas escolas integrais do município analisado ficaram evidentes. Não existe uma política ou planejamento efetivo para trabalhar estas temáticas no espaço escolar, o que pode gerar a reprodução de estereótipos e preconceitos, culminando em sofrimento psíquico e social de inúmeras crianças e adolescentes. Para Diniz e Lionço (2009), a discriminação é uma prática que marca o cotidiano escolar, podendo acarretar graves danos pessoais e sociais.

O contexto histórico colonizador que o Brasil passou deixa marcas até hoje; a dominação e controle sobre o outro ainda é muito perceptível na sociedade e, conseqüentemente nas escolas. Na esfera escolar, o silêncio pode ser considerado sinônimo de omissão e negligência por parte de uma das instituições mais poderosas de formação de valores e práticas de igualdade (FONTES, 2009).

Para se chegar a um novo modelo de desenvolvimento, todos os atores e atrizes sociais têm de ser contemplados, considerando-se suas vozes, utilizando a perspectiva de gênero para o estabelecimento de políticas sociais mais justas e equitativas (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005).

Portanto, trabalhar gênero e diversidade sexual no contexto escolar, lutar por políticas efetivas que contemplem estas discussões e mobilizar os educadores para esta realidade é emergente. Somente a partir do momento em que for quebrado o silêncio, os tabus e as formas heteronormativas de dominação é que se pode pensar na construção uma sociedade melhor para todos.

## REFERÊNCIAS

- ARACI, N. Gênero e meio ambiente: qual a sustentabilidade possível? In: CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília, 2004.
- CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Educação em tempo integral**. 2014. Disponível em <<http://educacaointegral.org.br/glossario/educacao-em-tempo-integral/>>. Acesso em 26/03/2018.
- DINIZ, D. e LIONÇO, T. (orgs). **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: LetrasLivres: Ed. UnB, 2009.
- DUSSEL, E. 1492, **A origem do mito da modernidade**: o encobrimento do outro. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FONTES, M. Ilustrações do silêncio e da negação. In: DINIZ, D. e LIONÇO, T. (orgs). **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: LetrasLivres: Ed. UnB, 2009.
- MISKOLCI, R. Um corpo estranho na sala de aula. In ABRAMOWICZ, A. e SILVÉRIO, V. R. **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeças da diversidade na escola. Campinas: Papirus, 2005.
- OLIVEIRA, J. R. G. A política nacional de educação para a diversidade. In: GENTLE, I. M., ZENAIDE, M. N. T. e GUIMARÃES, V. M. G. **Gênero, diversidade sexual e educação**: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.
- PAULON, S. M.; FREITAS, L.B.L.; PINHO, G. S. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão**. Brasília, 2005.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universiade Freevale, 2013.